

EDUCAÇÃO DO CAMPO: APLICABILIDADE DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO NAS ESCOLAS PÓLOS DO MUNICÍPIO DE GOIÁS

Elisabeth Maria de Fátima Borges¹
bethbraga1@hotmail.com

RESUMO:

Nos últimos anos vem se evidenciando uma articulação entre as universidades, prefeituras e movimentos sociais em busca de um modelo peculiar para tal educação do campo, que, quase sempre se pauta no paradigma urbano de educação. O município de Goiás é o município que mais tem assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, são vinte e três assentamentos e três acampamentos, realidade esta que levou a reivindicação de Escolas Pólos nos Assentamentos. Esta comunicação tem por finalidade apresentar os resultados parciais do Projeto de Pesquisa “Educação do Campo: Aplicabilidade das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo nas Escolas pólos do município de Goiás – GO” que visa, entre outros, observar a aplicabilidade das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, datada de 2002, bem como analisar esta Política Pública na Educação do Campo, ajuda, efetivamente, na elaboração de um processo educacional que se pauta na busca e/ou reafirmação da cultura e da identidade do camponês, buscando ver na prática docente se o enfoque das aulas é voltado para a práxis de uma educação voltada para a inclusão social e a sustentabilidade econômica dos assentados, ou seja, para o desenvolvimento rural. Além do diagnóstico da realidade da educação oferecida aos assentados rurais, buscamos ver os benefícios de sua aplicabilidade na mudança da qualidade educacional, ou as causas de possíveis dificuldades da implementação da referida Lei.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.

Introdução

Este artigo versa sobre a aplicabilidade das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, promulgadas em 2002, nas Escolas Pólos do Município da Cidade de Goiás. Assim tenho o intuito de apresentar os resultados parciais do Projeto de Pesquisa “Educação do Campo: Aplicabilidade das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo nas Escolas pólos do município de Goiás – GO”, que venho desenvolvendo durante o ano de 2011. Assim procurarei analisar se esta Política Pública na Educação do Campo, ajuda, efetivamente, na elaboração de um processo educacional que se pauta na busca e/ou

¹ Pesquisador a da UEG – UnU de Goiás.

reafirmação da cultura e da identidade do camponês. Busco ainda mostrar se a prática docente e o enfoque das aulas estão sendo pautados na práxis de uma educação voltada para a inclusão social e a sustentabilidade econômica dos assentados, ou seja, para o desenvolvimento rural. Inicialmente apresentarei uma breve discussão teórica sobre a temática da educação do campo, para em seguida apresentar os resultados parciais da pesquisa.

1. Breve discussão teórica sobre a temática da educação do campo

A educação do campo vem se tornando uma temática de grande relevância nacional, vários congressos, simpósios, publicação de artigos e obras estão discutindo a temática, todos declaram a urgência de se implantar práticas educativas voltadas a realidade campo. Esta comunicação objetiva discutir tal temática. Vários pesquisadores têm se debruçado sobre a temática, tentando contribuir para o processo.

Caldart (2005) mostra o quanto é notório o silenciamento, esquecimento e até o desinteresse pelo rural nas pesquisas sociais e educacionais. A autora mostra que a população do campo é vista como atrasada e a educação rural retrata esta visão. As Conferências Nacionais “Por uma educação básica do campo” vem recolocar o rural e a educação rural na agenda política do país. Para a autora o grande desafio histórico atual é pensar e fazer uma educação do campo vinculada às estratégias de desenvolvimento.

A autora mostra que o Programa Nacional “Por uma educação básica do campo” defende que a educação do campo precisa ser específica e diferenciada, isto é, alternativa. Uma educação que se volta aos interesses s ao desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos trabalhadores rurais. Uma proposta de educação básica que assumisse a identidade do meio rural: não somente como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo, abrangendo princípios, concepções e métodos pedagógicos.

Leite (2002) apresenta a trajetória histórica da escola rural desde a República Velha até os dias atuais, mostrando a discriminação que esta escola sofreu durante toda a história educacional de nosso país. O autor converge com Caldarte ao defender que a escolaridade rural exige um tratamento diferenciado. Que deve ministrar uma educação baseada no contexto rural, em um processo sócio-histórico genuíno, paralelo, não semelhante ao processo urbano.

Arroyo (2004) destaca que hoje a imprensa, as elites, a sociedade, todos reconhecem que o campo não está parado, está vivo. E que ali não há somente uma dinâmica social, mas também um movimento pedagógico. É a busca por uma educação que reconheça a história concreta de cada educando. Ele defende que este projeto de educação básica do campo deve incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo.

Rocha, Passos e Carvalho (2011, p. 2) enfatizam que a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394\96 trouxe à tona a discussão da educação diferenciada ao campo e que esta proposta foi fortalecida com aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Os autores destacam que com a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, foi desencadeado um processo de mobilização e envolvimento social, que visa fortalecer a construção de políticas públicas que visam o acesso e permanência a Educação de qualidade para os povos do campo.

Claudemiro Godói do Nascimento (2011, p. 179) analisa as políticas públicas de educação do campo que surgiram no período pós- LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) atual e verificando se estas possibilitaram outra cidadania, possível, aos vários grupos de camponeses existentes no campo brasileiro. O autor conclui que a burocracia estatal delimita as ações da Coordenação-Geral de Educação do Campo o que determina que as práticas realizadas sejam impulsionadas realmente pelos movimentos sociais do campo que possuem uma noção clara sobre a educação do campo.

A hegemonia do modelo de vida urbano tem levado muitos pesquisadores a concluir que o rural já não tem significado histórico relevante e que o campesinato está em extinção. Porém o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem comprovado que a migração cidade-campo não é uma via de mão única. O rural não tende a desaparecer e exige espaço para ser sujeito. Um projeto de educação que contribua para com a realidade do campo é fundamental para a modernização da agricultura brasileira de modo que valorize a agricultura familiar, responsável por 70% da comida que chega à mesa dos brasileiros.

Diante deste contexto histórico algumas ações são urgentes, como: o reconhecimento da necessidade da escola no (situada) e do (voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos trabalhadores rurais) campo; e pensar em uma proposta de escola que leve em conta, a tendência de superação da dicotomia rural-urbano, uma proposta de uma educação básica que assumisse a identidade do meio rural, não somente como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda específica de um novo projeto de desenvolvimento do campo, pautado na inclusão e sustentabilidade econômica.

Caldart (2004) reflete sobre a identidade que vem sendo construída pelos sujeitos que se juntam para lutar por uma educação básica do campo. A autora mostra que é a luta por uma educação básica no e do campo, uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à cultura e às suas necessidades humanas e sociais. A autora mostra que este movimento vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais da vida no campo. A autora mostra que o campo tem vários sujeitos: assentados, acampados, pequenos agricultores, meeiros, assalariados rurais, porém com uma identidade comum: são um só povo, brasileiros que vivem no campo e que historicamente têm sido vítimas da opressão e da discriminação que é social, política econômica e cultural.

A Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002 em seu Art. 2, parágrafo único define a identidade a escola do campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua veiculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede da ciência e tecnologia

disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país.

Sabemos que embora o problema da educação brasileira não seja apenas do meio rural, neste setor a situação muitas vezes se torna mais grave, pois, além de não considerar a realidade em que a escola está inserida, a mesma sempre foi tratada, sistematicamente, pelo poder público, com políticas compensatórias. O campo não se constitui em espaço prioritário para ação institucionalizado do Estado, por meio de diferentes políticas públicas e sociais. Este descompasso vem se materializando na inexistência de um sistema educacional de qualidade que ofereça educação básica no campo voltada à realidade destas populações.

A aprovação recente do parecer nº 36 de 2001 e da Resolução nº 01 de 2002, da Câmara da Educação Básica do Conselho Educacional de Educação, que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação reconhece o papel estratégico da educação no desenvolvimento rural sustentável dos estados e municípios; reafirmando, assim, a prioridade que a Educação do Campo deve ocupar no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural.

A aprovação das Diretrizes Operacionais, com o objetivo de adequar os direitos conquistados na área educacional a essa realidade, é de suma importância para as escolas do campo, pois representa o resgate de um direito negado, o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, para participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. Além disso, é o primeiro momento na história da educação que se elabora políticas específicas para as escolas do campo, ou seja, procedimentos para adequar os direitos definidos pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no que se diz respeito à universalização do acesso da população do campo à educação básica e à educação profissional de nível técnico.

Este é um momento histórico, pois está nascendo um processo de elaboração participativo, construtivo e propositivo, evidenciando as experiências dos movimentos

sociais do campo, as universidades, juntamente com as prefeituras vêm se unindo para contribuir para este processo de construção de um novo modelo de escola para o campo.

Estamos vivenciando um marco na elaboração de uma proposta em que a identidade da Escola do Campo emerge identificada com a realidade de seus alunos: a luta pela terra, inserida no mundo do trabalho e da cultura, a agricultura familiar, a exclusão e discriminação sofrida pela população do campo. É preciso e urgente que se implemente uma articulação voltada para a formação destes professores que atuam no meio rural.

É a partir desta realidade que se justifica o Projeto Nacional de Educação no/do Campo, visando ajudar neste processo de elaboração, participativa, construtiva e propositiva, ou seja, no processo de construção de um novo modelo de escola do campo, uma escola como instrumento de cidadania a serviço de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável do campo.

Pessoa (1999, p. 262) ao analisar os assentamentos de Reforma Agrária em Goiás mostra que os trabalhadores rurais em sua luta pela terra descobriram desde o início a inadequação da escola à sua condição e aos projetos na terra. A escola que desejam deveria formar seus filhos na luta por seus direitos e não apenas nas lições já pré-fabricadas, baseadas na vida urbana, oriundas dos livros didáticos. Estabelecendo a diferença entre os anseios dos acampados e assentados a respeito da educação de seus filhos e aquilo que o sistema oficial de ensino traz já pronto. Além disto, o autor destaca outro fator nesta discrepância, que são os educadores das escolas de assentamentos, provenientes em sua grande maioria do setor urbano. Pessoa denomina isto de divergência entre “professor de fora” e “professor de dentro” e mostra que esta realidade é sentida e enfrentada em todos os assentamentos rurais do município de Goiás – GO.

Sobre o campo e sobre a sua educação temos teorias diversas. Alguns autores discutem a “*face dialética do processo de reprodução do capital no campo*” buscando compreender as resistências e avanços das formas não capitalistas que estão territorializadas e se territorializando mesmo com as forças, os poderes hegemônicos do capital nacional e internacional. Neste sentido trazem a tona o debate sobre como a educação é capaz de

enfrentar a lógica estabelecida ou de reproduzi-la. Uma outra tendência dos textos se apresenta com a discussão sobre a importância desta educação para a sustentabilidade econômica do campo. Destacam a importância de preencher as lacunas deixadas historicamente em relação a educação e ao homem do campo. Mostram um dado histórico que se torna preocupante que é o silenciamento, o esquecimento e até o desinteresse sobre o mundo rural nas pesquisas sociais e educacionais. Mostram que em contrapartida assistimos, nas últimas décadas a uma instigante presença política dos sujeitos do campo na cena política e cultural do país. Defendem que é neste cenário que os processos de formação dos professores do campo, precisam tornar-se objeto de pesquisa nas universidades. Destacam que emerge no cenário educacional o projeto “Por uma educação básica do campo” que visa a busca de uma educação específica do campo por meio de conteúdos novos e uma metodologia pedagógica diferenciada.

Destacam que a educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico, que visa defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir de sua realidade.

É necessário refletir sobre as potencialidades e enfrentar desafios para a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que possa, de fato, contribuir para a produção diversificada, gerando empregos e renda para os assentados rurais. São essas prioridades que permitem o desenvolvimento rural sustentável.

No município de Goiás – GO a desapropriação dos latifúndios improdutivos trouxe grandes benefícios para a economia local, pois os assentamentos rurais hoje são responsáveis pela produção de grande parte dos produtos hortifrutigranjeiros que abastecem o mercado e as feiras da cidade. Ressalta-se também que a qualidade desses produtos, com porcentagem mínima de insumos químicos e o fato de que dos quarenta feirantes da cidade trinta são assentados demonstra a viabilidade da agricultura familiar na melhoria da renda dos agricultores e no desenvolvimento econômico do município (JESUS, 2006, p. 61-62).

Os problemas que afligem os assentados rurais do município de Goiás são em consequência da falta de políticas agrícolas adequadas para atender as exigências e

necessidades da população que vive no campo. Isso tem levado a falência e o empobrecimento de muitos agricultores familiares.

O desenvolvimento do campo passa também pela construção e consolidação de um projeto de educação como instrumento possibilitador de educação do campo. Os resultados deste Projeto de Pesquisa desempenhará um importante papel a médio e longo prazo, pois o diagnóstico poderá incentivar a união entre a Universidade, a Prefeitura Municipal, as escolas e a comunidade local na busca de soluções dos problemas existentes. É um projeto de fundamental importância para os assentados rurais, visto que colabora na implantação de uma educação vinculada a essa população.

Pereira (2006, p. 95) relata que para a população do campo a educação tem a função de ajudar a despertar em cada pessoa a consciência de sua própria dignidade e de sua capacidade de exercer a cidadania.

A questão camponesa merece atenção especial por meio de uma educação regional, imprescindível para a formação das crianças e adolescentes que sejam capazes de intervir no seu meio. Visa ainda a inclusão social do homem do campo, uma nova gestão, trazendo fundamentos teóricos metodológicos que ampliam as condições de acesso à educação como direito fundamental na construção da cidadania de crianças e adolescentes que vivem nas áreas de Reforma Agrária.

O Programa Nacional “Por uma educação básica do campo” é um projeto que faz parte do projeto popular de desenvolvimento nacional, processo que envolve cinco compromissos básicos: compromisso com a cidadania, com a solidariedade (distribuição de poder, renda e riqueza), compromisso com o desenvolvimento, compromisso com a sustentabilidade e com a democracia ampliada. Para concretizar estes compromissos é preciso valorizar nossa população, nosso patrimônio natural e social. E qual é o espaço do campo neste projeto nacional? A escola do campo pode e deve ser um espaço de debate e aprofundamento desta questão.

A educação por si só não resolve os problemas do campo, porém, pode se tornar um elemento importante se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e

culturais, que mexam diretamente no processo econômico. Atualmente inexistem propostas pedagógicas que tomem o campo como referência.

Caldart (2005) mostra que pensar uma proposta de escola do campo não é pensar um ideário pedagógico pronto, fechado, ao contrário, é pensar um conjunto de transformações que a realidade vem exigindo. Transformação do papel da escola: que tenha compromisso ético moral com cada e de cada participante das práticas educacionais; e manter um compromisso com a intervenção social: mantendo vínculos com projetos de desenvolvimento regional e com a formação para do trabalho no campo; compromisso com a cultura do povo do campo, resgatando e conservando e recriando: a educação de valores, da memória histórica e da educação para a autonomia cultural. É urgente ainda uma transformação da gestão da escola: ampliando ao acesso á escola para as famílias, a comunidade e os movimentos populares, buscando assim uma maior participação da população na tomada de gestão do cotidiano escolar. É urgente ainda buscar uma maior participação dos alunos na gestão do cotidiano escolar e a criação de coletivos pedagógicos que repensem estes processos de transformação, traduzindo-as em ações educativas concretas. A escola do campo precisa ainda de uma transformação em sua pedagogia escolar: uma pedagogia que valorize a realidade do campo, que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo: ciclos da natureza, trabalho, festas, entre outros. Urge ainda uma transformação nos currículos escolares: que contemple a relação com o trabalho na terra, e que trabalhe o vínculo entre educação e cultura. É necessária, ainda, uma transformação dos educadores da escola do campo, que vivem um circulo vicioso e perverso, de forma que assumam a identidade do campo e ajudem a construir uma nova pedagogia. E é neste aspecto que este projeto de extensão tem a sua viabilidade.

Souza (2010) analisa o papel das escolas pólos do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no Estado de Goiás. Assim é partindo do pressuposto da importância que a educação do campo para os assentados rurais que este projeto de pesquisa é apresentado.

2. Resultados parciais da pesquisa

O Projeto de Pesquisa “Educação do Campo: Aplicabilidade das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo nas Escolas pólos do município de Goiás – GO”, que venho desenvolvendo abrange todas as Escolas Pólo do município: Escola Municipal Olímpya Angélica de Lima, Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, Escola Municipal Vale do Amanhecer e Escola Municipal Holanda. A metodologia da pesquisa consiste em buscar a existência ou não da aplicabilidade das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo nas referidas escolas, através da observação do cotidiano escolar, da análise de documentos Pedagógicos (Projeto Político Pedagógico das escolas, planejamentos de aula) e de entrevistas com a comunidade escolar (direção, professores, alunos e pais).

Os resultados parciais da pesquisa demonstram que a aplicabilidade das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo varia de Escola para Escola. As escolas localizadas em assentamentos, talvez pelo fato ter em seu corpo docente professores que vivem no campo, percebe-se uma prática de ensino com algumas ações voltadas para a identidade e a cultura campesina. Os maiores entraves percebidos, para a aplicabilidade das Diretrizes nas escolas são: a rotatividade de professores, a falta de qualificação, e a ausência de materiais didáticos, voltados para a realidade campesina.

Percebemos que a luta pela educação no campo, partiu dos próprios trabalhadores rurais, que desde a década de 1990 vem lutando pela implantação do processo de nucleação, ou seja, da criação de escolas nos assentamentos, pautada no cotidiano e na cultura campesina, não surgiu como reivindicação dos campesinos, mas de alguns professores, da Secretaria Municipal e da própria Universidade Estadual de Goiás. Ao mesmo tempo percebe-se que para a própria prefeitura municipal a nucleação no campo era mais viável, se pensar nos gastos com transportes de todos os alunos dos 22 assentamentos para a Cidade de Goiás.

Conclusões

Diante do exposto algumas ações são urgentes, como: o reconhecimento da necessidade da escola no (situada) e do (voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio-

cultural e econômico dos trabalhadores rurais) campo; e pensar em uma proposta de escola que leve em conta, a tendência de superação da dicotomia rural-urbano, uma proposta de uma educação básica que assuma a identidade do meio rural, não somente como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda específica de um novo projeto de desenvolvimento do campo, pautado na inclusão e sustentabilidade econômica.

No município de Goiás – GO a desapropriação dos latifúndios improdutivos trouxe grandes benefícios para a economia local, pois os assentamentos rurais hoje são responsáveis pela produção de grande parte dos produtos hortifrutigranjeiros que abastecem o mercado e as feiras da cidade. Ressalta-se também que a qualidade desses produtos, com porcentagem mínima de insumos químicos e o fato de que dos quarenta feirantes da cidade trinta são assentados demonstra a viabilidade da agricultura familiar na melhoria da renda dos agricultores e no desenvolvimento econômico do município (JESUS, 2006, p. 61-62).

É necessário refletir sobre as potencialidades e enfrentar desafios para a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que possa, de fato, contribuir para a produção diversificada, gerando empregos e renda para os assentados rurais. São essas prioridades que permitem o desenvolvimento rural sustentável.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. A Educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G. (Org.) *Por uma educação básica do campo*. 2ª Edição. Petrópolis: VOZES, 2005, p. 65-86.

CALDART, Roseli S. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G. (Org.) *Por uma educação básica do campo*. 2ª Edição. Petrópolis: VOZES, 2005, p. 148-158.

DIAS, Regina Arruda. Pedagogia da Alternância: participação da sociedade civil na construção de uma educação sustentável e cidadã. In: QUEIROZ, J. B. P. de. (Org.) *Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo*. Goiânia: UCG, 2006, p.123-138.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G. (Org.) *Por uma educação básica do campo*. 2ª Edição. Petrópolis: VOZES, 2005, p. 133-145.

JESUS, José Novais de. Escola Família Agrícola: uma proposta de educação em desenvolvimento no campo e do campo. In: QUEIROZ, J. B. P. de. (Org.) *Pedagogia da*

Alternância: construindo a educação do campo. Goiânia: UCG, 2006, p. 57 –66.

LEITE, Sergio Calani. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.* 2ª Edição. São Paulo: CORTEZ, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo.* Brasília, 2002.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoi do. *Políticas “Públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível?* In: http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_007/EDUCACAO/Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf (Acesso dia 15 de setembro de 2011)

ROCHA, Eliene Novais; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. *Educação do campo: Um olhar panorâmico.* In: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Texto%20Base%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf> (Acesso dia 30 de agosto de 2011)

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche camponesa.* Goiânia: UFG, 1999.

SOUZA, Francilane Eulália de. *Geografia e Educação do Campo: para que e para quem serve a educação do campo do Estado de Goiás?* Goiânia: Vieira, 2010.